



Pedagogia crítica feminista e assessoria popular: A experiência do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres (GRITAM)

*Critical feminist pedagogy and popular consultancy:
The experience of the Interdisciplinary Working Group for Women (GRITAM)*

*Pedagogía crítica feminista y asesoría popular:
La experiencia del Grupo Interdisciplinario de Trabajo y Asesoría para Mujeres (GRITAM)*

Amanda Kovalczuk de Oliveira Garcia¹
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Júlia Montanher Lucatto de Oliveira Silva²
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Loiva Mara de Oliveira Machado³
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

O artigo objetiva apresentar as contribuições de bell hooks⁴ na área da educação, da pedagogia crítica e da teoria feminista, traçando relações entre a obra da autora e a experiência do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres (GRITAM), projeto de extensão integrante do Serviço de Assessoria Jurídica (SAJU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que se dedica à assessoria a mulheres cisgênero,

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS), bolsista CAPES. Mestre em Sociologia do Direito pelo International Institute for the Sociology of Law (IISL) da Universidad del País Vasco (UPV/EHU). Bacharela em Direito e bacharelada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora do grupo de pesquisa Sociedade e Políticas Públicas (UFRGS) e colaboradora do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres (GRITAM). <https://orcid.org/0000-0002-0917-8820>. Endereço eletrônico: amandakovalczuk@gmail.com

² Graduanda em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do GRITAM entre 2020 e 2022. Membro do Direito Para Todas, grupo de extensão vinculado à UFRGS que compartilha conhecimento sobre Direito, Gênero e Educação com alunas das escolas públicas de Porto Alegre. Atual Vice-Presidente do Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR). <https://orcid.org/0000-0002-9975-2098>. Endereço eletrônico: juliamlucatto@gmail.com

³ Mulher negra, mãe, Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Líder do AYA - Grupo de estudos, extensão e pesquisa em Serviço Social, relações sociais de exploração/opressão de raça/etnia e gênero da UFRGS/CNPQ. Integrante do GTP/ABEPSS - Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, com ênfase em Relações étnico-raciais e desigualdades/Antirracismo e Serviço Social. Integrante da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), do ANDES - Seção Sindical UFRGS e da Frente Nacional Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. Coordenadora do GRITAM. <https://orcid.org/0000-0001-6589-8032>. Endereço eletrônico: loivadeoliveira@gmail.com

⁴ O nome próprio da autora é Gloria Jean Watkins e a escrita do pseudônimo bell hooks, adotado pela autora, em minúsculo refere a homenagem a sua bisavó. Por isso, ao longo do texto a escrita em minúsculo, não expressa limites ortográficos, mas corresponde à forma correta de identificação da própria autora.



transgênero e travestis em situação de violência de gênero. Trata-se de uma pesquisa com abordagem metodológica mista, dedutiva e indutiva, e com uso de revisão de literatura e relato de experiência. O argumento central sugere que a experiência da extensão universitária em questão, ao trabalhar com gênero e direito das mulheres por uma perspectiva interseccional, permite um processo de politização feminista e constitui um exercício pedagógico crítico dentro do eixo da extensão universitária. Sugere-se que isto é viabilizado tanto pelo objeto de trabalho, os direitos das mulheres, quanto pela estrutura de atuação do grupo, voltada à interdisciplinaridade e protagonismo estudantil.

Palavras-chave: Pedagogia crítica; bell hooks; Assessoria Popular; Violência de Gênero; Feminismo.

ABSTRACT

The article aims to present the theoretical contribution of bell hooks in the fields of education, critical pedagogy, and feminist theory. It connects the work of hooks to the experience of the Interdisciplinary Working Group for Women, a project that is part of the Legal Assistance Center (SAJU) of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), and that dedicates to defending the rights of cisgender, transgender and *travesti*⁵ women who are victims of gender violence. The article uses a both inductive and deductive methodological approach and employs literature review and experience report. The main argument suggests that the academic experience under analysis, by dealing with gender violence and women's rights through an intersectional perspective, constitutes a process of feminist politization and a critical pedagogical practice that take place inside the university. By last, it argues that these phenomena are favored by two main elements. First, the object of work, which is defending women's rights; second, by the structure of work, based on interdisciplinary and student protagonism.

Keywords: Critical Pedagogy; bell hooks; Popular Consultancy; Gender Violence; Feminism.

RESUMEN

El artículo busca presentar las contribuciones teóricas de bell hooks en los campos de la educación, de la pedagogía crítica y de la teoría feminista, conectando el trabajo de hooks a la experiencia del Grupo Interdisciplinario de Trabajo y Asesoría para Mujeres, un proyecto integrante del Servicio de Asesoría Jurídica Universitaria (SAJU) de la Universidad Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que se dedica a la asistencia a mujeres cisgénero, transgénero y travestis victimadas por la violencia de género. El artículo utiliza un abordaje mixto, tanto inductivo como deductivo, y emplea métodos de revisión de literatura y relato de experiencia. El principal argumento sugiere que la experiencia universitaria en análisis, al trabajar con la violencia de género y con los derechos de las mujeres por una perspectiva interseccional, constituye un proceso de politización feminista y una práctica pedagógica crítica situados en la universidad. Al final, se plantea que estos fenómenos se viabilizan por el objeto de trabajo, es decir, los derechos de las mujeres, y por la estructura de la acción del grupo, basada en la interdisciplinariedad y en el protagonismo estudiantil.

Palabras clave: Pedagogía Crítica; bell hooks; Asesoría Popular; Violencia de Género; Feminismo.

Introdução

O artigo dedica-se a apresentar as contribuições de bell hooks na área da pedagogia crítica e da teoria feminista e a relacioná-las à experiência de assessoria popular universitária

⁵ Optamos por manter o uso do termo em português por considerarmos que a tradução literal ao inglês não é capaz de transmitir a dimensão política da identidade travesti na forma como foi construída e ressignificada pelas ativistas latino-americanas.



a mulheres cis, trans e travestis em situação de violência de gênero. Partindo do pensamento da autora, que refere a educação como processo essencial à libertação, objetiva-se explorar as conexões entre as práticas pedagógicas que a amparam e a atuação do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres (GRITAM), projeto integrante do Serviço de Assessoria Jurídica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU/UFRGS).

Trata-se de uma pesquisa que possibilita um movimento dedutivo e indutivo pois, conforme Kosik (1976, p. 42), busca partir de uma compreensão dialética da realidade, o que “[...] significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes”. Busca-se, assim, a análise qualitativa de dados, a revisão de literatura e relato de experiência. A experiência do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres é trazida por meio dos dados reunidos em atendimentos, atas de reuniões internas e relatórios de projetos desenvolvidos no grupo. Além disso, a atuação das autoras no grupo, que ocupam três estágios e áreas diferentes da vida acadêmica - uma graduanda em Direito, uma pós-graduanda em Sociologia e uma docente do Serviço Social - também é fonte de dados. Acredita-se que, dada a diversidade das trajetórias temporais, incorpora-se uma perspectiva integrada das percepções dos sujeitos sobre a extensão universitária, da graduação até a docência.

O texto está estruturado em três seções. Inicialmente, para apresentar o pensamento de hooks sobre a educação, parte-se em especial da obra *Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade* (2019a). Em seguida, apresenta-se o Serviço de Assessoria Jurídica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU/UFRGS), seu processo de formação e história. Embora inicialmente concebido como uma assessoria jurídica popular, a atuação do centro hoje abrange profissionais multidisciplinares e abordagens integradas de trabalho entre o Direito, as Ciências Sociais, a Psicologia e o Serviço Social. Após, contextualiza-se a experiência do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres (GRITAM) dentro do SAJU/UFRGS, de modo a elucidar as ações por ele desenvolvidas, além dos desafios e possibilidades quanto à intervenção neste espaço. Nesta terceira seção, tece-se possíveis relações entre a proposta de bell hooks e a experiência trazida

à análise. Busca-se oferecer uma reflexão sobre o potencial da extensão universitária no âmbito do GRITAM, a qual assume um trabalho inovador pois, ao proporcionar atendimentos às demandas apresentadas pela sociedade, trabalha com os temas gênero e direito das mulheres enquanto processo de politização feminista e experiência de prática pedagógica crítica.

1. A pedagogia crítica feminista de bell hooks

Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade, publicado em 1994 e traduzido ao português pela primeira vez em 2013, foi a primeira obra de bell hooks dedicada integralmente à educação. No livro, a autora delineia os elementos necessários para que a educação seja uma prática libertadora, entendendo-a como um exercício de “[...] participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos [...] para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo” (hooks, 2019a, p. 25). Nesse contexto, a pedagogia crítica feminista é colocada como uma prática central da educação libertadora, baseada na criação de uma comunidade de aprendizado.

O educador brasileiro Paulo Freire constitui uma das principais referências de bell hooks para pensar a pedagogia crítica feminista. A autora (2019a) conta que conheceu o pensamento de Freire durante sua graduação, em um momento de frustração com a experiência de ensino universitário, maiormente baseado na autoridade dos professores e obediência dos alunos. No mesmo período, a autora escrevia seu primeiro livro, “E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo” (2019b), publicado originalmente em 1981, no qual se dedicava a denunciar o apagamento histórico das demandas das mulheres negras do movimento feminista, do movimento negro e dos movimentos de libertação estadunidenses. Neste contexto, bell hooks descreve que, conhecendo o pensamento freireano, tratou de incorporar a ele sua crítica feminista, apontando os sexismos e binarismos de gênero incorridos pelo autor. Ao mesmo tempo, conta que incorporou de Freire suas bases pedagógicas, adicionando-as às próprias metodologias feministas em um exercício dialógico. O resultado é uma filosofia de ensino que, para a autora, surge “[...] da interação entre as



pedagogias anticolonialista, crítica e feminista” e serve para “[...] questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e o sexismo) e ao mesmo tempo proporcionam novas maneiras de dar aula a grupos diversificados de alunos” (hooks, 2019a, p. 20).

Além disso, explicando a relevância de Paulo Freire para o seu pensamento e prática pedagógica, bell hooks descreve que o pensamento freireano lhe produzia maior identificação com a própria experiência do que as teorias feministas hegemônicas:

A obra de Freire (e de muitos outros professores) afirmava meu direito, como sujeito de resistência, de definir minha realidade. Os escritos dele me proporcionaram um meio para situar a política do racismo nos Estados Unidos dentro de um contexto global onde eu via meu destino ligado ao dos negros que lutavam em toda parte para descolonizar, transformar a sociedade. Mais do que na obra de muitas pensadoras feministas burguesas brancas, na obra de Paulo havia o reconhecimento da subjetividade dos menos privilegiados, dos que têm de carregar a maior parte do peso das forças opressoras (exceto pelo fato de ele nem sempre reconhecer as realidades da opressão e da exploração distinguidas segundo os sexos). Esse ponto de vista confirmava meu desejo de trabalhar a partir de uma compreensão vivida das vidas das mulheres pobres (hooks, 2019a, p. 75).

Na elaboração de sua pedagogia crítica feminista, bell hooks incorpora elementos anticoloniais e feministas, gerando um resultado inovador que serve como paradigma para examinar as experiências educativas que trabalham com o gênero. De forma resumida, pode-se dizer que são elementos centrais de sua prática pedagógica (a) o reconhecimento da presença de todas as pessoas em sala de aula, (b) a práxis como união de consciência e prática, (c) a abertura intelectual e aceitação do conflito, (d) e o feminismo negro como expressão da necessária luta contra os sistemas interligados de dominação de gênero, raça e classe (hooks, 2019d).

Para bell hooks, a educação para a liberdade exige o reconhecimento da presença de todas as pessoas em sala de aula (2019a). Esta proposta pedagógica abrange o questionamento da figura única do educador e o questionamento da cisão entre corpo e mente no ambiente de ensino. Com relação ao primeiro, hooks defende que “[...] é preciso desconstruir um pouco a noção tradicional de que o professor é o único responsável pela dinâmica da sala” (2019a, p. 18). Caso essa concepção não seja questionada, argumenta que haverá dificuldades na

formação de uma comunidade de aprendizado na qual a contribuição de todas/os as/os estudantes, com suas próprias experiências diferentes, possa ser considerada. Com relação ao segundo questionamento, bell hooks critica a “objetificação do professor dentro das estruturas educacionais burguesas” (hooks, 2019a, p. 29), as quais ignoram as relações entre a integridade pessoal, o bem-estar, a auto atualização do educador e sua atuação. Ainda, destacando a relevância de reconhecer a presença dos corpos - inclusive o próprio, como mulher negra⁶ - e sujeitos históricos em sala de aula, a autora questiona a aparência de neutralidade e imparcialidade que reveste a transmissão do conhecimento:

O mascaramento do corpo nos encoraja a pensar que estamos ouvindo fatos neutros e objetivos, fatos que não dizem respeito à pessoa que partilha a informação. Somos convidados a transmitir informação como se elas não surgissem através dos corpos. [...] É fascinante ver como o mascaramento do corpo se liga ao mascaramento das diferenças de classe e, mais importante, ao mascaramento do papel do ambiente universitário como local de reprodução de uma classe privilegiada de valores, do elitismo (hooks, 2019a, p. 187-188).

A crítica de bell hooks sobre a presunção de neutralidade das informações em sala de aula reverbera na sua proposta de práxis e de busca pelo conhecimento integral. Para a autora, a educação não deve considerar “[...] somente o conhecimento que está nos livros, mas também o conhecimento acerca de como viver no mundo” (hooks, 2019a, p. 27). Com isso, a autora retoma a práxis freireana⁷, defendendo a pedagogia crítica como forma de conhecer a realidade e atuar sobre ela, pois “[...] pede que os alunos sejam participantes ativos, liguem a consciência à prática” (hooks, 2019a, p. 26).

Para que, de fato, a presença de todas as pessoas seja reconhecida e o conhecimento integral, baseado na práxis e na intervenção sobre a realidade, seja alcançado, bell hooks

⁶ Nas palavras da autora: “[...] como mulher negra, sempre tive aguda consciência da presença do meu corpo nesses ambientes que, na verdade, nos convidam a investir profundamente numa cisão entre mente e corpo, de tal modo que, em certo sentido, você está quase em conflito com a estrutura existe por ser uma mulher negra, quer professora, quer aluna” (hooks, 2019a, p. 181).

⁷ Resumidamente, para Paulo Freire (2016, p. 75), “A práxis [...] é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente atuam sobre ela.”



(2019) argumenta que uma postura de abertura intelectual e recepção do conflito é essencial. A autora questiona a ideia de que a sala de aula seja um espaço seguro porque é isento de conflitos; no lugar, defende uma pedagogia orientada pela “confrontação construtiva e pensamento crítico” (hooks, 2019a, p. 53), na qual as contradições sejam abordadas como parte do processo de aprendizado. Além disso, denuncia que a noção de espaço seguro é seletiva e tende a reafirmar um pensamento unidimensional que é apresentado como neutro e universal, já que “a experiência dos professores universitários que educam para a consciência crítica indica que muitos alunos, especialmente os de cor, não se sentem ‘seguros’ de modo algum nesse ambiente aparentemente neutro” (hooks, 2019a, p. 56).

Para bell hooks, os estudos da mulher⁸ e os estudos raciais foram pioneiros em trazer inovações pedagógicas pela perspectiva da educação como prática da liberdade, embora haja pouco reconhecimento das mudanças produzidas por estes campos no ensino superior. Foi nas salas de aula dessas áreas que a consciência de gênero e raça passou a ser uma abordagem para o ensino. No caso dos estudos da mulher, contudo, bell hooks considera que sua institucionalização na academia veio acompanhada também da invisibilização dos trabalhos de mulheres marginalizadas, com as negras e as trabalhadoras, enquanto a teoria feminista hegemônica se formava sobretudo a partir do trabalho de mulheres brancas que não tinham um compromisso de radicalidade política com o movimento feminista. Em *Teoria Feminista: das margens ao centro*, a autora ilustra essa crítica, rejeitando a ideia de que o feminismo possa ser vivido de forma individual:

O feminismo é uma luta pelo fim da opressão sexista. O seu objetivo não é beneficiar unicamente um grupo específico de mulheres ou uma raça ou classe de mulheres em particular. Não privilegia as mulheres relativamente aos homens. Tem o poder de transformar as nossas vidas de uma maneira significativa. Mais importante ainda, o feminismo não é um estilo de vida, nem uma identidade ou um cargo pré-fabricado no qual se possa entrar. [...] Ao rejeitarmos a ideia de um “estilo de vida” feminista alternativo, que só surge quando as mulheres criam uma subcultura (quer seja numa área de habitação ou até mesmo num espaço como as aulas de mulheres, que em

⁸ Em *Ensinar para transgredir*, o termo *Women Studies* é traduzido ao português como Estudos da Mulher. Apesar disso, o campo dos estudos de gênero e estudos raciais, diferentemente do contexto estadunidense, não foi incorporado em programas específicos de pós-graduação no Brasil, e acabaram assumindo posições marginais dentro dos departamentos de ciências sociais. Para maiores informações sobre a relação entre os *studies* e outros campos das ciências sociais, como a teoria social, sugerimos Weiss e Hamlin (2021).

muitas universidades se tornaram exclusivas) e insistem que a luta feminista começa onde quer que haja uma mulher individual, criamos um movimento que se concentra nas nossas experiências coletivamente, um movimento continuamente baseado nas massas” (hooks, 2019c, p. 21-22).

Nesse sentido, embora reconheça a contribuição do campo dos Estudos das Mulheres para questionar o local de produção do conhecimento acadêmico, bell hooks explica que, para uma pedagogia crítica feminista, é preciso ir além de abordar temas relativos ao feminismo. Para criar uma sala de aula feminista, isto é, uma comunidade de aprendizado baseada em pedagogia crítica, é preciso questionar:

Quantas estudiosas feministas são capazes de reagir de modo eficaz quando estão diante de um público racial e etnicamente diversificado que talvez não partilhe a mesma origem de classe, a mesma língua, o mesmo nível de compreensão, a mesma habilidade de comunicação e as mesmas preocupações? (hooks, 2019a, p. 153)

O resultado dessa falta de questionamento, para bell hooks, gera uma lacuna entre a teoria feminista hegemônica e a prática feminista. Contudo, sua resposta a essa lacuna não passa por uma postura anti-intelectual que rejeita a utilidade das teorias para os movimentos feminista e negro, mas perpassa insistir no valor do trabalho intelectual para gerar “[...] novas teorias arraigadas na tentativa de compreender tanto a natureza da nossa situação atual como os meios pelos quais podemos nos engajar coletivamente numa resistência [...]” (hooks, 2019a, p. 93). A geração dessas novas teorias deve surgir da preocupação e trabalho para solucionar as questões mais urgentes da vida das mulheres e, em especial para bell hooks, das mulheres negras. Com isso, é possível que a teorização aconteça partindo do concreto, das experiências do dia-a-dia e, sobretudo, dos esforços de atuação crítica sobre a realidade cotidiana. É nessa direção que compartilhamos a experiência do GRITAM como espaço de construção de luta coletivas protagonizada por mulheres, na direção da ruptura com o silenciamento das mulheres em situação de violência, de modo a contribuir para que possam “erguer a voz”, em uma transição do lugar de objeto para o de sujeito (hooks, 2019d).



2. A assessoria popular para enfrentamento à violência: a experiência do GRITAM no SAJU/UFRGS

Após termos apresentado resumidamente alguns dos elementos que compõem a pedagogia crítica feminista de bell hooks, esta seção do artigo dedica-se a apresentar a experiência do Grupo de Trabalho Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres, projeto integrante do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU/UFRGS). Fundado na década de 1950, o SAJU é um dos projetos de extensão mais antigos da instituição. Embora tenha sido constituído dentro da unidade de Ciências Jurídicas e Sociais e tenha nascido essencialmente como assessoria jurídica, hoje abarca estudantes e profissionais de diversas áreas, além de atuar de forma mais ampla do que a assessoria jurídica preconiza.

O Serviço de Assessoria Jurídica Universitária teve início como uma entidade estudantil formada pelos acadêmicos em Direito da UFRGS com o intuito de oferecer assistência jurídica gratuita ao público hipossuficiente por meio do trabalho voluntário dos estudantes (NUNES, s/d). Em um primeiro momento, embora fosse um serviço autônomo, o SAJU era vinculado ao Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR) em sua estrutura organizacional (RAMOS, 2007). Na década de 1960, o serviço consolidou-se como um dos principais projetos da universidade, chegando a atender mais de três mil pessoas entre 1960 e 1963 (RAMOS, s/d). A partir do golpe de 1964, contudo, enfrentou a repressão da ditadura empresarial-militar brasileira e teve seus serviços crescentemente tolhidos nas décadas seguintes. A intervenção do regime militar na gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul levou à despolitização dos projetos ali existentes, o que, no caso do núcleo, levou à sua substituição pelo Serviço e Preparação Profissional da Faculdade de Direito (NUNES, s/d), substituindo a assessoria popular baseada na ação voluntária das/os estudantes por um programa de formação técnica de caráter curricular.

Retornando às atividades após o período ditatorial, a partir dos anos 1980 o SAJU voltou a construir atividades de caráter amplo e politizado, com atendimento ao público hipossuficiente pelo trabalho voluntário das/os estudantes. Neste momento, chama atenção a

vinculação da assessoria prestada pelo SAJU à assistência social⁹, que formava parte dos atendimentos, inclusive com a realização de um convênio com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1989 (RAMOS, 2007). De forma geral, pode-se dizer que o SAJU, desde sua fundação, tem como principal característica a participação efetiva das/os estudantes, visando “[...] à promoção da cidadania, do acesso à justiça e da defesa dos direitos humanos, estimulando o aprendizado crítico e transformador do Direito” (KONZEN, 2009, p. 199). Sua estratégia de atuação vai além do ajuizamento de ações, incluindo ações políticas e de educação popular. Nas palavras de Boaventura de Souza Santos, as assessorias jurídicas que seguem este modelo têm a intenção de desenvolver uma intervenção menos individualista e mais politizada, abrangendo também “[...] direitos coletivos em articulação com movimentos sociais e organizações populares” (SANTOS, 2011, p. 60).

A partir dos anos 2000, o SAJU organizou-se em subgrupos autônomos, estrutura que mantém até hoje. O serviço hoje contém mais de vinte subgrupos que atuam em diversas áreas, como direito das mulheres e da população LGBTQIA+, direito à moradia, luta antimanicomial, migração e refúgio, assessoria a movimentos populares e comunidades, defesa da juventude criminalizada, direito das crianças e adolescentes, além de direito criminal, civil, previdenciário e trabalhista. O GRITAM, Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria Jurídica para Mulheres, foi criado em 2016, sendo o 20º grupo formalizado do núcleo. Sua atuação concentra-se sobretudo na assistência judicial e extrajudicial para mulheres em situação de violência, atentando à relação íntima destas violências com a lesbofobia, bifobia, transfobia, racismo, classismo, capacitismo, xenofobia e outros fatores que podem ensejar condições de vulnerabilidade. Logo, o atendimento é voltado para mulheres trans, travestis e cis, em situação de violência e vulnerabilidade econômica na região de Porto Alegre, de maneira a contribuir para o acesso à justiça e garantia de seus direitos, atuando para o fortalecimento da autonomia da mulher.

⁹ Reconhece-se aqui que, na ocasião, a assistência social brasileira era composta de ações desarticuladas maiormente baseada na filantropia. O status de política pública de assistência social somente é reconhecido a partir da Constituição de 1988, da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742/93) e da elaboração do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS (JACCOUD; BICHIR; MESQUITA, 2017).



O grupo é formado por mulheres, incluindo profissionais e estudantes dos cursos de Direito, Psicologia, Ciências Sociais e Serviço Social. Visando à interdisciplinaridade de saberes, alguns princípios que guiam as tomadas de decisões, como o trabalho baseado no compromisso político com o feminismo. Além disso, a interseccionalidade (CRENSHAW, 1991; COLLINS; BILGE, 2021) é adotada como uma ferramenta de análise da realidade, de modo a compreender de forma integrada como gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual, idade e deficiência atuam em conjunto na produção das experiências variadas das mulheres no mundo. Parte-se também de um viés anti-punitivista, ou seja, contrário a um sistema penal direcionado à dominação e ao encarceramento em massa da parte mais vulnerável da sociedade, reconhecida estatisticamente no Atlas da Violência como a população negra, indígena, periférica, feminina e jovem (CERQUEIRA, 2021). Todas as integrantes do GRITAM trabalham de forma voluntária e a seleção de novas participantes acontece semestralmente. A cada novo ciclo de recepção de novas assessoras, realiza-se um ciclo de formação interna sobre os temas de acolhimento, Lei Maria da Penha, processo penal e Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, entre outros que sejam livremente escolhidos conforme os interesses e necessidades do grupo.

A organização das participantes ocorre de maneira a garantir o protagonismo estudantil, assim como a efetiva representação e horizontalidade entre as integrantes, que se constroem pela igualdade de decisão e atuação a partir de uma organização sem hierarquias estabelecidas. Assim, de maneira geral, as atividades designadas a todas envolvem o acompanhamento integral e multidisciplinar da assessorada.

Quanto às atividades específicas, as advogadas são responsáveis por fornecer orientações jurídicas, auxiliar estudantes na confecção das peças, protocolar processos, dar andamento à medida protetiva de urgência e a outras demandas de direito de família que estejam conexas e, quando necessário, acompanhar as assessoradas na Delegacia da Mulher de Porto Alegre (DEAM). As estudantes de Direito, por sua vez, realizam o primeiro contato com a assistida, conduzem o caso, escrevem peças, além de também acompanhá-las em eventuais idas à DEAM. As profissionais do curso de Psicologia participam dos acolhimentos, fornecem orientações, realizam o primeiro atendimento psicológico e efetivam encaminhamentos para acompanhamento terapêutico quando necessário. As profissionais e

estudantes de Serviço Social também têm o importante papel de realizar contatos institucionais, desenvolver parcerias e encaminhamentos junto à rede de atendimento e enfrentamento, além de identificar possíveis solicitações de benefícios socioassistenciais ou de participação nos serviços executados pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Quanto às profissionais das Ciências Sociais, sua colaboração tende a centrar-se no acompanhamento e sistematização sobre o perfil, demandas e encaminhamentos junto às assessoradas, elaboração e implementação dos projetos internos e externos do grupo, organização e oferta de capacitações e, construção de instrumentos de coleta de dados sobre as pautas apresentadas nos atendimentos. Objetivam, com isso, verificar possíveis ações a serem desenvolvidas pelo GRITAM ou com entidades parceiras, as quais são posteriormente sistematizadas na elaboração de relatórios administrativos ou futuras publicações científicas.

É importante destacar que os atendimentos às vítimas em situações de violência devem ser traçados por estratégias que buscam criar um ambiente de confiança e segurança para a assessorada frente à equipe. No GRITAM, essa abordagem é chamada de “acolhimento”. Entende-se que, para a compreensão do caso, as perguntas devem ser realizadas de forma a evitar que a mulher passe por um processo de revitimização¹⁰, isto, é, de repetição da narrativa de violência vivida pela vítima, provocando a revivência do trauma (VASCONCELOS; AUGUSTO, 2015). Nesse contexto, é inegável que, diante do cenário da pandemia do SARS-COVID-19, o grupo se fortaleceu nas redes sociais, visto que as plataformas *on-line* eram as únicas ferramentas disponíveis para assessorar vítimas em busca de atendimento. Assim, adicionou-se ao trabalho coletivo a organização e atualização dessas plataformas, além da escrita de postagens sobre as diferentes expressões da violência, entre outros materiais, como notas sobre acontecimentos pertinentes, buscando a conscientização

¹⁰ Mais precisamente, nas palavras dos autores: “Por muitas vezes, as vítimas que procuram ajuda são submetidas a procedimentos constrangedores, executados por profissionais despreparados, que acabam por causar novo sofrimento a elas na rota crítica do fluxo da justiça criminal. Constata-se, assim, que grande parte do sofrimento gerado advém do próprio percurso que a vítima tem que realizar na rede de atendimento, ocasionando o fenômeno conhecido como revitimização, na medida em que esta é novamente exposta a constrangimentos e julgamentos morais, contraditoriamente, pelos próprios órgãos que deveriam protegê-las.” (VASCONCELOS; AUGUSTO, 2015, p. 89-90)



sobre a violência de. Atualmente, muitas das mulheres que vêm a compor o grupo comentam tê-lo conhecido pelas redes sociais, e diversos casos são encaminhados via mensagens no Instagram.

Além dos atendimentos individuais, o grupo também vem atuando em dois processos de litigância estratégica, no qual trabalha sobretudo na assessoria técnica com a temática dos direitos sexuais e reprodutivos. Nesta linha, o GRITAM possui um grupo específico para a elaboração de projetos. O Grupo de Trabalho (GT) em Projetos conta com a participação de profissionais e estudantes de diversas áreas, em especial das Ciências Sociais, e dedica-se ao planejamento e execução de projetos dentro e fora do GRITAM.

A nível interno, o grupo vem desenvolvendo desde 2021 um esforço de sistematização de sua história, de consolidação de sua identidade e de registro extensivo do trabalho realizado. Nesta direção, foi desenvolvido um detalhado questionário socioeconômico que é utilizado ao final de cada atendimento, permitindo o mapeamento do perfil das assistidas a partir da raça, identidade de gênero, orientação sexual, religião, deficiência ou outras condições de saúde, acesso educacional, recebimento de benefício e utilização dos serviços da assistência social, acesso a atendimento psicológico, composição familiar, trabalho reprodutivo e cuidado de dependentes (filhos/as, pessoas idosas ou com deficiência) e, por último, tipo da violência vivenciada pela assessora. Considerando os registros dos atendimentos e documentos produzidos pelo GRITAM desde a sua fundação em 2016, buscar-se-á, no próximo período de realização de pesquisa, a utilização de entrevistas com as fundadoras do grupo, consolidando uma perspectiva longitudinal para compor a trajetória do GRITAM e subsidiar novas pesquisas.

Em um nível externo ao GRITAM, o GT Projetos tem trabalhado sobretudo na articulação do grupo com a comunidade acadêmica, com escolas municipais e com a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do município de Porto Alegre. No que se refere aos espaços acadêmicos, em 2021 o grupo desenvolveu uma oficina aberta sobre metodologia de pesquisa feminista e uma *live* sobre desigualdade de gênero no sistema de justiça.¹¹ Além

¹¹ O curso foi ministrado pela professora Raíssa Nothft, doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e integrante do GRITAM entre 2021 e 2022. A *live* contou com a participação da convidada Amanda Rodrigues, a graduada e mestra em Direito



disso, está em fase final de diagramação do Guia de Combate ao Assédio na Universidade, produzido originalmente pelas participantes do grupo, o qual apresenta recomendações a estudantes e servidoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre como identificar e prevenir o assédio no âmbito universitário e realizar denúncias no âmbito administrativo-institucional. Em 2022, junto com o coletivo Direito para Todas, o GRITAM apresentou suas atividades na Semana da Mulher da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS, marcando a importância do combate à violência de gênero em sala de aula (KOVALCZUK; DA SILVA, 2022).

Quanto aos projetos externos à Universidade, em 2021 o grupo organizou um projeto em resposta ao veto de Jair Bolsonaro ao projeto de Lei n. 4.968/2019, de autora da Deputada Federal do Partido dos Trabalhadores Marília Arraes, que previa a distribuição de absorventes para pessoas de baixa renda (AGÊNCIA SENADO, 2022).¹² Diante do veto presidencial, foi organizada uma campanha de combate à precariedade menstrual, que resultou na arrecadação de mais de 190 pacotes de absorventes encaminhados à Casa Mirabal de Porto Alegre, centro de acolhimento de mulheres em situação de violência organizado pelo Movimento de Mulheres Olga Benário do Rio Grande do Sul.

Em 2022, planeja-se expandir a atuação do grupo junto à rede de assistência social e junto à comunidade escolar. Atualmente o GRITAM está em contato com o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) do território nordeste de Porto Alegre e com outras duas escolas do município, para realização de parcerias com as/os técnicas e intervenções com as/os estudantes. Em síntese, pode-se dizer que a atuação do grupo privilegia a articulação com os serviços públicos da assistência social e os movimentos sociais, sempre com a intenção de compor uma rede em defesa dos direitos das mulheres cis, trans e travestis.

pela Universidade Federal de Santa Maria e ex-integrante do GAIRE, grupo do SAJU dedicado ao direito dos imigrantes e refugiados.

¹² O veto foi derrubado pelo Congresso Nacional em março de 2022 e a Lei n. 14.214, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, foi promulgada.



3. O potencial da extensão universitária com gênero como prática pedagógica crítica

Apresentado o GRITAM como parte do serviço de assessoria universitária prestado pelo SAJU/UFRGS, esta seção busca relacionar a pedagogia crítica feminista de bell hooks (2019a, 2020, 2021) à extensão universitária que se dedica a trabalhar com temas de gênero e direito das mulheres. O argumento principal que se busca construir é que a experiência de atuação das estudantes no grupo permite um processo de politização feminista que acontece dentro da universidade, viabilizado por uma prática pedagógica crítica estruturada no eixo da extensão, que possui potencial de desenvolvimento de pensamento e questionamento críticos. Argumenta-se que isso acontece tanto pela temática, considerando as questões com que as participantes atuam, bem como pela estrutura de realização do trabalho.

Para conceituar a politização feminista, é preciso primeiro retomar as críticas de bell hooks sobre a perda de radicalidade do movimento feminista. O que a autora identifica como risco de “mercantilização do pensamento feminista” consiste na “[...] impressão de que alguém pode participar do ‘bem’ que esses movimentos produzem sem ter de se comprometer com uma política e prática transformadoras” (hooks, 2019a, p. 98). Para hooks, o processo de politização feminista envolve essencialmente a transformação da consciência política, de forma que não pode acontecer de forma centrada no indivíduo. Por isso, a autora critica a ideia frequentemente difundida no movimento feminista de que “o pessoal é político”, argumentando que a frase enfatiza o primeiro sobre o segundo, dando a entender que “não é necessário, então, procurar o significado de político, é mais simples ficar com o pessoal, tornar o pessoal e o político sinônimos” (2019d, p. 158). Ou, ainda, para bell hooks, a expressão equivocadamente sugere que “[...] é possível nomear a experiência pessoal sem se comprometer a transformar e modificar aquela experiência” (2019d, p. 162).

A politização feminista, assim, é um processo que se contrapõe à noção de que o feminismo possa ser vivido como um estilo de vida ligado a uma identidade individual. Enquanto processo, está diretamente relacionado ao desenvolvimento da consciência crítica sobre a realidade, o que acontece sobretudo pela educação.

No caso do GRITAM, o processo de politização feminista acontece inicialmente pelo objeto do trabalho realizado, isto é, a violência de gênero, considerando uma perspectiva

interseccional de classe, raça, território, orientação sexual, entre outros elementos, que perpassam essa abordagem. Quando se confronta a realidade da violência contra a mulher em qualquer de suas formas - física, psicológica, moral, financeira ou sexual -, não é possível pensar na mera aplicação de técnicas específicas do Direito, da Psicologia, do Serviço Social ou das Ciências Sociais sem uma implicação ética e política. A violência, em especial a física e a sexual, torna impossível ignorar a dimensão dos corpos vitimados, assim como as vulnerabilidades específicas que atuam os corpos negros, trans e travestis no Brasil. Assim, diante da complexidade dos problemas que as mulheres enfrentam no cotidiano, visibilizam-se as estruturas de dominação materiais que operam sobre as experiências variadas de vida dos sujeitos, forçando o reconhecimento da existência de fenômenos estruturais, mesmo que não nos atinjam individualmente. A problematização sobre esta realidade obriga o deslocamento daquilo que é exclusivamente a experiência a nível individual ou pessoal para a dimensão política. Com isso, oportuniza-se o desenvolvimento de uma “[...] compreensão crítica da realidade material concreta” que permite “[...] vincular uma autoconscientização radical à luta coletiva para mudar e transformar o eu e a sociedade” (hooks, 2019d, p. 161).

A politização feminista, ademais, está ligada ao desenvolvimento do pensamento crítico. Para bell hooks, pensar é também uma ação, já que “[...] o cerne do pensamento crítico é o anseio por saber - por compreender o funcionamento da vida” (2020, p. 31). Partindo desta perspectiva de práxis, o pensamento crítico abrange o conhecimento da realidade e a ação crítica sobre ela. Com isso, quando se trabalha para a solução dos problemas concretos que as mulheres enfrentam no cotidiano, abre-se a possibilidade de pelo menos dois fenômenos indicados por bell hooks como elementos da prática pedagógica crítica.

O primeiro refere-se à rejeição da ideia de que o conhecimento é revestido de neutralidade e imparcialidade. Quando se observa as dificuldades e revitimizações que as mulheres enfrentam no sistema de justiça, por exemplo, compreende-se que o conhecimento jurídico não é neutro, mas esconde práticas sexistas, racistas e transfóbicas que limita a forma como algumas mulheres exercem seus direitos. O segundo, por sua vez, refere-se ao questionamento dos usos do conhecimento e do pensamento feminista. Para bell hooks, a



educação democrática busca contestar a “[...] falsa ideia da universidade corporativa como ambiente à parte da vida real e procura repensar o ensino como elemento permanente da experiência de mundo e da vida real” (2021, p. 64). Partindo deste compromisso de conexão entre conhecimento acadêmico e vida real, a produção da teoria passa a ser um processo crítico que está ancorado nas experiências concretas. Para a autora,

Enquanto trabalhamos para resolver as questões mais prementes da nossa vida cotidiana (nossa necessidade de alfabetização, o fim da violência contra mulheres e crianças, a saúde da mulher, seus direitos reprodutivos e a liberdade sexual, para citar algumas, nos engajamos num processo crítico de teorização que nos capacita e fortalece (hooks, 2019a, p. 97).

A experiência do GRITAM, como extensão universitária que trabalha com gênero, abre um espaço de contraste entre a produção de teoria e a prática. Nos atendimentos às assessoradas, as integrantes do Grupo podem observar o quanto o aprendizado tido em sala de aula muitas vezes é insuficiente para dar conta da complexidade das situações reais - por exemplo, porque não aprendem como comunicar-se sensivelmente ou escutar ativamente mulheres que se encontram em situações emocionalmente vulneráveis diante da violação de seus direitos. Também pode-se identificar como as situações reais raramente são abordadas dentro de sala de aula - por exemplo, quando os conteúdos programáticos são abordados de forma desconectada com a consciência de gênero, raça e classe - exigindo um novo esforço de estudo e pesquisa crítica. Este processo de confrontação, segundo bell hooks (2019a), pode muitas vezes levar à identificação de brechas entre a teoria feminista e a prática feminista. Para responder à brecha, contudo, não se deve adotar uma postura anti-intelectual de desprezo da educação formal e da produção teórico-acadêmica (MACHADO, 2014); afinal, “[...] questionamento crítico não é o mesmo que rejeição” (hooks, 2019a, p. 70). O que se propõe é a mobilização do pensamento crítico para questionar a dualidade entre teoria e prática e para elaborar uma teoria que nasça de esforços para intervir criticamente na realidade.

No que se refere à estrutura de realização do trabalho no GRITAM, o protagonismo estudantil e a não hierarquização das atuações entre profissionais e estudantes são princípios da atuação. Isso implica que as estudantes são as responsáveis por desenvolver com autonomia atendimentos, acolhimentos e redação de peças e por sugerir encaminhamentos de

casos. O papel das profissionais e da professora coordenadora, por sua vez, funciona como uma parceria que viabiliza a execução projeto, já que estes são os sujeitos que estão mais adentrados no ambiente institucional e que possuem as credenciais para o exercício profissional. Nas palavras de bell hooks, o papel das profissionais é de cooperação e garantia de que os recursos estejam sendo utilizados:

Quando os estudantes estão totalmente engajados, os professores deixam de assumir sozinhos o papel de liderança na sala de aula. Em vez disso, a liderança funciona mais como uma cooperativa, na qual todas as pessoas contribuem para assegurar que todos os recursos sejam utilizados, para garantir o bem-estar no aprendizado ideal para todos (hooks, 2020, p. 51).

A realização do trabalho, seja nos atendimentos, seja nas reuniões internas, atinge sua melhor execução com o engajamento e participação de todas. Nos atendimentos, esta participação de todas acontece quando as estudantes, as profissionais e a assistida trabalham em conjunto na resolução da demanda. É um entendimento do grupo que a assistida cumpre o principal papel para a solução do problema, já que todas as medidas que serão tomadas dependem da sua expressa vontade e ação - por exemplo, decidindo se será o caso de efetivar uma denúncia, facilitando ao grupo os documentos e provas necessárias, seguindo as orientações que garantam sua segurança e mobilizando as alternativas ao seu alcance. O papel do grupo, por sua vez, passa pela assessoria técnica e pelo compromisso em informar a assistida sobre seus direitos, garantindo que ela possa tomar as decisões que considerar mais convenientes para a sua vida, estando totalmente informada dos riscos envolvidos.

O exercício da autonomia estudantil também acontece nas capacitações internas e na construção do conhecimento próprio do GRITAM sobre as melhores práticas para atuação nas situações apresentadas, conforme a sua experiência. Conforme mencionado, a cada semestre é realizada uma seleção de novas participantes. Quando do início da sua participação, o grupo organiza autonomamente um ciclo de formações sobre os temas que trabalha, além de outros que considera pertinente ao coletivo. A escolha dos temas para capacitação não segue um currículo ou recomendação da professora coordenadora; no lugar, parte-se da identificação do conhecimento que se julga necessário para viabilizar o trabalho. Este procedimento



autônomo, feito pelas próprias estudantes e participantes, “[...] permite que os alunos assumam a responsabilidade por suas escolhas” (hooks, 2019, p. 33). As capacitações acontecem tanto ministradas pelas próprias integrantes, que compartilham suas experiências adquiridas dentro e fora do grupo, como por convites a outras profissionais. Isso não significa, contudo, que todas precisam compartilhar experiências para contribuir na formação do grupo. Conforme nos lembra bell hooks, aquelas que prestam a escuta ativa também contribuem para a criação de uma comunidade de aprendizado, já que “compreender que todo estudante tem uma contribuição valiosa a oferecer para a comunidade de aprendizagem significa que honramos todas as capacidades, não somente a habilidade de falar” (hooks, 2020, p. 50).

Em síntese, o trabalho do GRITAM é essencialmente coletivo. Os atendimentos são feitos por grupos de três ou quatro integrantes vinculadas às áreas de Direito, Psicologia, Serviço Social e Ciências Sociais. Os projetos externos do grupo também são pensados a partir da colaboração com outras universidades, movimentos sociais e serviços da política de assistência social. Assim, a vivência do coletivo permite a criação de uma comunidade de aprendizado, que é um dos ensinamentos da educação para a libertação (hooks, 2021). Além disso, a noção de que o trabalho deve acontecer com a formação de parcerias também reforça a ideia de que o feminismo é um compromisso político que, acompanhado do antirracismo e da antilgbtfofia, não pode ser vivido individualmente (hooks, 2019c).

Considerações finais

O artigo buscou apresentar a obra de bell hooks sobre educação para libertação, além de sua crítica feminista, e situar a experiência do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Assessoria para Mulheres como prática pedagógica crítica feminista. Como mencionado, o GRITAM forma parte de um dos projetos de extensão mais antigos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o SAJU, que atua há mais de setenta anos na assessoria jurídica e interdisciplinar a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O argumento central colocado no texto consiste em situar a experiência da extensão universitária que trabalha com gênero e direito das mulheres como uma oportunidade de politização feminista e como um exercício pedagógico crítico. Sugere-se que isso é permitido tanto pelo objeto de



trabalho, os direitos das mulheres, quanto pela estrutura de trabalho, baseada na interdisciplinaridade e no protagonismo estudantil.

Para além dos objetivos teórico-metodológicos do texto, a abordagem proposta buscou alcançar duas finalidades. Primeiro, conferir maior visibilidade às práticas educativas de caráter feminista, executadas há anos dentro da extensão universitária e com grande potencial de transformação social. Muitas destas práticas, como é o caso do GRITAM até recentemente, são pouco documentadas e pouco reconhecidas fora do ambiente universitário. Embora dediquem-se a elaboração e implementação de projetos junto a outros atores da sociedade civil e prestem serviços a um número expressivo de mulheres, a rapidez e urgência do trabalho realizado no cotidiano poucas vezes permite um exercício reflexivo sobre o seu potencial em nível pedagógico e feminista. Tentou-se, assim, que o texto, por meio do exercício de relato de experiência, iluminasse alguns dos resultados alcançados pelo trabalho do grupo nos últimos anos.

Por último, buscou-se aproximar a teoria de bell hooks à realidade brasileira, de forma alinhada ao caráter reflexivo e atuante sobre a realidade da práxis de hooks (2019a), inspirada também em Paulo Freire (2016). Embora o enfoque não tenha sido a educação popular e a educação não-formal, acredita-se que novas pesquisas poderão explorar a extensão universitária como um local onde reflexão e ação e teoria e prática possam ser tomadas em sua indissociabilidade.

Referências

- AGÊNCIA SENADO. Derrubado o veto à distribuição de absorventes para mulheres de baixa renda. **Senado Notícias**, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/10/derrubado-o-veto-a-distribuicao-de-absorventes-para-mulheres-de-baixa-renda>. Acesso em: 18 mai. 2022.
- CERQUEIRA, Daniel; *et al.* **Atlas da Violência**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill; BIRGE, Silma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, vol. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1229039>. Acesso em: 18 mai. 2022.



- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2016.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir**. A educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2019a.
- hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2019b.
- hooks, bell. **Teoria feminista das margens ao centro**. São Paulo: Editora Elefante, 2019c. *E-book*.
- hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Editora Elefante, 2019d. *E-book*.
- hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- hooks, bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. São Paulo: Editora Elefante, 2021. *E-book*.
- JACCOUD, Luciana; BICHR, Renata; MESQUITA, Ana Cleusa. O SUAS na proteção social brasileira. **Novos Estudos - CEBRAP**, vol. 36, n. 2, pp. 37–53, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/Vkv7r47xGw7Hd6XmZdh7HfL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mai. 2022.
- KONZEN, Lucas Pizzolatto. Projeto abrigando a cidadania: a assessoria jurídica popular e os desafios da efetividade. In: ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo (Orgs.). **Assessoria jurídica popular: leituras fundamentais e novos debates**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 191-206.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KOVALCZUK, Amanda; DA SILVA, Giuliana Glass. As mulheres na academia e o retorno para a universidade. In: **Segunda Semana da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre o Dia Internacional das Mulheres**, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MKGwldoUMBE>. Acesso em: 18 mai. 2022.
- MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. Educação Não-Formal: Processo Coletivo de Construção de Saberes e Experiências. **RECSA - Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, vol. 3, n. 1, pp. 62-72, jan/jun 2014. Disponível em: <https://revista.fisul.edu.br/index.php/revista/article/view/26/23>. Acesso em: 13 mai. 2022.
- NUNES, Thiago Celsa. SAJU: breves apontamentos e suas tendências. **Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/saju/sobre-o-saju/historia-1/saju-breves-apontamentos-e-suas-tendencias>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- RAMOS, Leonardo Serrat. **Convênio SAJU e LBA**, 2007. Disponível em: http://www.ufrgs.br/saju/sobre-o-saju/historia-1/registro-convenio-saju-e-lba/at_download/file. Acesso em: 15 mai. 2022.
- RAMOS, Leonardo Serrat. SAJU - Histórico 1950-1963. **Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS**. Disponível em: http://www.ufrgs.br/saju/sobre-o-saju/historia-1/registro-saju-de-1950-a-1963/at_download/file. Acesso em: 15 mai. 2022.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2011.
- VASCONCELOS, Maria Eduarda Mantovani; AUGUSTO, Cristiane Brandão. Práticas Institucionais: revitimização e lógica familista nos JVDfM's. **Direito em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 47-100, 2º sem. 2015. Disponível em:



https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistadireitoemovimento_online/edicoes/volume23/volume23_87.pdf. Acesso em: 18 mai. 2022.

WEISS, Raquel; HAMLIN, Cynthia. A outra margem. **Revista Contraponto**, vol. 8, n. 3, pp. 12-26, jan. 2022. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/123566/84598>. Acesso em: 13 mai. 2022.

ARTIGO



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 05 de junho de 2022.

Artigo aprovado para publicação em: 20 de junho de 2022.